



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ/ POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

Contrato nº ____/2018 – COAD/DLOG

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL E A
EMPRESA, NA FORMA
ABAIXO:**

A UNIÃO, por intermédio da POLÍCIA FEDERAL, com Sede em Brasília/DF, instalado em seu Edifício Sede, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10, inscrita no CNPJ sob o número 00.394.494/0014-50, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas, Sr. **FABRÍCIO SCHOMMER KERBER**, Delegado de Polícia Federal, CPF 746.351.310-68 e C.I 4042883233_-SSP/RS, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 8.198 -DG/DF, de 22 de março de 2018, publicada no BS nº 57 de 23 de março de 2018 da Polícia Federal do Ministério de Segurança Pública - MSP, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e o(a)

_____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____
_____, sediado(a) na _____ CEP _____
_____, Telefone _____, Fax: _____

doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela (o) _____, e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº **08211.001249/2017-15** e em observância às disposições da nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25 de maio de 2017, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº ____/2018 COAD/DLOG/PF**, mediante as cláusulas e condições seguintes a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no ramo aeronáutico para prestação do serviço de **TREINAMENTO INICIAL EM SIMULADOR DE VOO**, para 02(dois) servidores policiais e **TREINAMENTO RECORRENTE EM SIMULADOR DE VOO**, para 01(um) servidor policial, referentes à aeronave AGUSTA WESTLAND modelo AW139, de acordo com as exigências das Autoridades Aeronáuticas Brasileiras, com a Regulamentação Aeronáutica Brasileira (RBAC) específica e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência anexo ao Edital, e tabela a seguir:

	ITEM	Unidade	Quantidades Mínimas de H/A por piloto	Objeto		Valor Unitário	Quantidade de Piloto	Valor Total
GRUPO	01	CURSO	60	Treinamento INICIAL em Simulador de voo - AW139	Ground School Training	R\$	02	R\$
		HORA	20		Voo VFR/IFR em Simulador			
		HORA	02		Recheque em Simulador			
		TAXA	_____		INSPAC/ examinador /taxas e outros			
		_____	Período Necessário					
	02	CURSO	60	Treinamento RECORRENTE em Simulador de voo - AW139	Ground School Training	R\$	01	R\$
		HORA	14		Voo VFR/IFR em Simulador			
		HORA	02		Recheque em Simulador			
		TAXA	_____		INSPAC/ examinador/taxas e outros			
		_____	Período Necessário					
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO								R\$

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão nº /2018-COAD/DLOG/PF e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta da empresa, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, ou seja, de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado caso ocorra alguns dos motivos elencados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993

2.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor total da contratação é de R\$. --().

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 200334

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

Nota de Empenho: 2018NE_____

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital do Pregão.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 3% (três por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, em qualquer uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, observadas as condições previstas no Edital.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência anexo ao Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência anexo ao Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

16.1. O preço é fixo e irreajustável.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2018

Delegado de Polícia Federal
Ordenador de Despesas – UG 200334

Empresa

TESTEMUNHAS

1

2: